

ÁFRICA NO MUNDO
CONTEMPORÂNEO



CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (*in memoriam*)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Este livro faz parte do programa de docência e pesquisa
África nas Relações Internacionais e Estratégicas do Instituto de Estudos
Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF)

O organizador agradece o apoio do Conselho para o Desenvolvimento
da Pesquisa em Ciências Sociais em África (Codesria), Dakar,
(Senegal) e do Groupement d'Interêt Scientifique pour l'étude
de la mondialisation et du développement (Gemdev) Paris 1
(Panthéon-Sorbonne), na busca e seleção dos textos.

Jonuel Gonçalves (org.)

ÁFRICA NO MUNDO
CONTEMPORÂNEO
Estruturas e relações



Garamond

Copyright © dos autores

Direitos cedidos para esta edição à

Editora Garamond Ltda.

Rua Candido de Oliveira, 43/Sala 101 - Rio Comprido
Rio de Janeiro - Brasil - 20.261-115 - Tel: (21) 2504-9211
editora@garamond.com.br

Editora Mayamba

Rua 3 n° 231 – Urbanização Nova Vida – Luanda Sul – Angola

Revisão

Jun Shimada

Editoração Eletrônica

Editora Garamond

Capa

Estúdio Garamond

Sobre foto de Jonuel Gonçalves (interior da
província do Kuanza Sul, no centro de Angola)

Traduções do francês

Carmem Cristina Cacciacarro

Traduções do inglês

Maria Alzira Brum

com revisão de Lais Meri Gonçalves

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A199

África no mundo contemporâneo: estruturas e relações / organiza-
ção Jonuel Gonçalves. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
504 p.; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788576173854

1. África - Geografia. 2. África - História. 3. África - Colonização.
4. Geopolítica - África. I. Gonçalves, Jonuel.

14-16341

CDD: 960

CDU: 94(6)

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação,
por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei n° 9.610/98.

Sumário

Introdução: Radicalmente África	7
<i>Jonuel Gonçalves</i>	
Um panorama das línguas faladas na África.....	25
<i>Yeda Pessoa de Castro</i>	
Por dentro dos negócios: laços de afetos e comércio de escravos em Angola no século XVIII.....	45
<i>Selma Pantoja</i>	
África: transformando desvantagens em oportunidades	77
<i>Cesaltina Abreu</i>	
Múltiplos significados da classe média em Soweto, África do Sul	135
<i>Mosa Phadi e Claire Ceruti</i>	
Orientação estrutural e Agência Social na África do Sul Estado, raça, educação superior e transformação.....	165
<i>Lionel Thaver e Beverley Thaver</i>	
As relações econômicas entre a China e a África subsaariana.....	191
<i>Jean-Raphaël Chaponnière, Jean-Jacques Gabas</i>	
Dados fundamentais e movimentos mecânicos da economia angolana.....	229
<i>José Cerqueira</i>	
2011: a primavera árabe?.....	253
<i>Samir Amin</i>	
Segurança humana dos migrantes transfronteiriços, democratização e desenvolvimento das sociedades africanas no capitalismo: o caso da África Ocidental	281
<i>Bernard Founou Tchuigoua</i>	
Ruanda: as chagas (ainda) abertas de uma nação	313
<i>Alexandre dos Santos</i>	

Identidade em conflito no Nordeste da África: Um ensaio comparativo	353
<i>Bahru Zewde</i>	
Porto Novo (Benin): uma patrimonialização frustrada?	371
<i>Saskia Cousin e Christine Mengin</i>	
Considerações sobre as tradições orais malianas: constantes e evoluções.....	399
<i>Tal Tamari</i>	
Literaturas em diálogo com a história e a política Breve sobrevoo pelo percurso literário de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe	415
<i>Alessandra Magalhães</i>	
Democratização na África Austral.....	459
<i>Annette Seegers</i>	
Os avatares do Estado na África - O estado civil do Estado na África Conversa entre Mamadou Diouf, Harris Memêl Fotê e Achille Mbembe	479
Sobre os autores.....	503

Introdução

Jonuel Gonçalves

Radicalmente África

O conhecimento do continente africano é hoje um forte imperativo internacional, inclusive para os próprios africanos, em grande maioria – até nos meios universitários – desconhecedores de seu próprio continente.

A busca deste conhecimento tem motivações diversas, em boa medida ligadas aos atrasos no desenvolvimento socioeconômico e ao que isto representa na perda de oportunidades de um espaço com elevado potencial econômico e grande dinâmica cultural. O surgimento da noção de países “emergentes”, a sucessão de crises financeiras internacionais e a persistência do terrorismo transfronteiriço como dado político de primeiro plano aceleraram a procura por elementos e a elaboração de análises sobre a África nos aspectos diplomático, empresarial, militar e universitário.

A velha posição de considerar África como marginalizada envelheceu de vez, e a dicotomia afro-pessimismo *versus* afro-otimismo vai dando lugar, nos círculos mais atentos, a um enfoque mais bem contextualizado, quer dizer, olhando a realidade africana como se olha para todos os demais continentes, com seu crescimento ou estagnação, com seus estímulos e obstáculos.

Ter os piores indicadores econômicos e sociais da Terra não tira a África do planeta nem exclui sua população dos mesmos direitos e das reivindicações de base do resto do mundo. Não há razão, portanto, para adoção de métodos discriminatórios de análise, sejam depreciativos, paternalistas ou condescendentes. O atraso geral do continente tem razões institucionais conectadas a constantes dificuldades nos “pontos

de partida”, expressão usada por Williams Easterley para avaliar o alcance de políticas de crescimento em geral.

Desde logo, o desconhecimento de si pelos próprios habitantes, ao longo de vários séculos, manteve (e mantém) a África fragmentada, obstáculo institucional maior em termos de avanço material ou resistência a dominações. A fraqueza dos primeiros estados sahelianos de que há conhecimento facilitou as características da transahariana como via de escoamento, durante séculos, de recursos humanos e minerais. A persistência desse fator abriu as rotas escravagistas transatlânticas e, no século XIX, permitiu o alargamento do colonialismo a todos os recantos do continente.

Nesse processo, África foi-se distanciando do resto do mundo em dois pontos cruciais: a formação de recursos humanos e a constituição de capital. Ao longo desses séculos, a História africana foi a história de grandes derrotas.

A vitória representada pela descolonização revelou rapidamente novas falsas partidas. Alguns trabalhos importantes assinalaram-nas bem cedo. *África Negra começou mal* (Dumont: 1961), muito atacado na época, foi quase premonição. *Negritude et negrologues* (Adotevi: 1968) constituiu uma crítica feroz, tanto na transformação daquela teoria de afirmação cultural dos anos 1940 na ideologia de poderes repressivos dos anos 1960, como nas posturas paternalistas personificadas no perfil de “negrólogo”, caricatura atualizada por comparação com o velho etnólogo ou antropólogo colonial. *Le développement du capitalisme en Côte d’Ivoire*, de Samir Amin (1967), apontava os limites e a ausência de inovação num modelo que iria falir rapidamente. Escritores como Wole Soyinka e cineastas como Sembene Ousmane transmitiam pela arte o que as ciências sociais ou a mídia censurada não podiam dizer.

Em meados dos anos 1980, o historiador e ex-líder estudantil da agitação de 1968 em Dakar Abdoulaye Bathily constatava grande mudança qualitativa nas pesquisas africanas sobre a História continental e acrescentava:

Esta mudança qualitativa não se realizou sem a afirmação de algumas tendências negativas. A historiografia da era do nacionalismo negligenciou a história social em favor da história política. Ocultando ou minimizando as contradições internas de nossas sociedades, esta historiografia, para além do valor notável de bom número de trabalhos, teve a tendência de glorificar Estados e grupos dirigentes, substituindo assim, voluntariamente ou não, a “lenda negra” espalhada pela historiografia colonial por uma “lenda dourada” feita de relatos historiográficos sobre personagens e formações sociais da era pré-colonial. A abordagem idealista assim levada a cabo constituiu sem dúvida um estimulante, até uma terapia, para boa parte da inteligência africana traumatizada pela experiência colonial, mas revelou-se inoperante em seguida, na fase histórica que seguiu a independência.

O florescimento de ditaduras (civis ou militares) com um fundo de estagnação econômica característica do continente africano desde há 25 anos interroga a consciência de todos os africanos (BATHILY: 1998).

Cientistas sociais de outras disciplinas sintetizam da mesma forma a situação africana do ponto de vista de cada uma delas, e os meios universitários e intelectuais africanos desde cedo colocaram-se em posição de, aos primeiros sintomas de fim da Guerra Fria, fazerem recuar os sacrossantos princípios do partido único, base de atuação das ditaduras e estagnação referidas por Bathily.

Em 1991, Axel Kabou se interrogou se a África não estaria a recusar o desenvolvimento, e o debate geral estava lançado para não mais parar.

A partida para a democratização da década de 1990 foi insegura, com movimentos pendulares, mas dessa vez não foi em falso. Desde então, o processo de conhecimento da África aprofundou-se e ganhou uma base essencial: a presença de intelectuais africanos – quer baseados no próprio continente, quer na diáspora – subiu ao primeiro plano, tornando-se insubstituível. Os movimentos sociais cresceram por toda a parte, veiculando uma das vertentes desse conhecimento – as reivindicações de dignidade. Como tema central ou subsidiário, o estudo dos movimentos sociais é a primeira área de pesquisa sobre a

África, se bem que de forma muito desigual. As bases de trabalho mais sólidas estão em países como Egito, Senegal, Nigéria, Quênia, África do Sul, ficando os PALOP (países africanos de língua portuguesa) muito atrás no conhecimento universitário de suas próprias realidades, perfis e relacionamentos.

Os debates africanos não decorrem apenas dentro do continente, e duas outras áreas geográficas trazem contribuições de alto relevo para o conhecimento multidisciplinar africano:

- Diversas universidades europeias cujos países exerceram dominação colonial abrigam programas e fazem publicações em várias disciplinas com temas africanos, seja de autores desses mesmos países, sejam africanos residentes. O Reino Unido e a França são incomparavelmente os mais produtivos, mas a Bélgica e Portugal revelam pelo menos algum interesse acadêmico pela História ou acompanhamento da evolução dos países que colonizaram. Apesar de relativamente modesto em relação ao que poderia ser, o estudo de temáticas africanas em algumas escolas superiores portuguesas é o mais elevado de todos os membros da CPLP.
- O mesmo fenômeno ocorre nos Estados Unidos, país com uma importante população descendente de africanos e cujo governo colocou a África entre seus interesses estratégicos. O Brasil também apresenta esses dois componentes (população e interesse estratégico). Mais: depois da Nigéria, o Brasil tem a segunda maior população somada de negros e mestiços do mundo, e as relações econômicas e culturais com África são proporcionalmente mais intensas que as dos Estados Unidos. Apesar disso, a contribuição brasileira para o conhecimento da África é irrisória, sem dimensão para além de suas fronteiras e, mesmo dentro delas, circunscrita a alguns trabalhos de História. A África atual quase não existe para as universidades brasileiras. Aliás, até em relação ao conhecimento do resto da América Latina a situação não é muito melhor.

Corrigir esta situação parece constituir uma obrigação acadêmica imediata, não apenas porque o conhecimento científico do continente africano é uma demanda decorrente do novo papel internacional do Brasil e suas parcerias africanas, mas também pelo que o estudo da problemática africana acrescenta às Ciências Sociais de forma geral.

Acrescentar a problemática africana às Ciências Sociais em geral significa estudá-la no âmbito das disciplinas integrantes dessas mesmas Ciências, sem necessidade de inventar uma disciplina específica para África. Os chamados “estudos africanos”, sucessores dos velhos estudos coloniais, têm-se revelado portadores de meros generalismos, fazendo ao mesmo tempo correr o risco de encerrar África num *ghetto* e criar uma disciplina que mal disfarça ser racialmente motivada, conduzida em parte pelos “negrólogos” carimbados por Adotevi.

Na verdade, os “estudos africanos” revelam pelo menos dois pontos em comum com a negritude. Ambos serviram como motivadores iniciais de interesse pela problemática africana e ambos foram ultrapassados pelo rumo dos problemas.

Os centros de “estudos africanos” são raros no continente que pretendem estudar, sendo mais presentes na Europa e Estados Unidos. Num dos raros casos africanos – o Centro de Estudos Africanos da Universidade da Cidade do Cabo (UCT) –, sua criação visava a contrariar postulados eurocêntricos do *apartheid*. Derrubado este, vários setores da UCT assinalaram sua inutilidade, na medida em que todas as disciplinas dessa universidade inserem ou devem inserir estudo de casos africanos.

O impacto deste posicionamento é proporcional à posição ocupada pela UCT nos *rankings* universitários mundiais: consecutivamente a primeira na tabela africana e entre as duzentas melhores do mundo, inclusive alguns lugares acima da melhor brasileira, a USP.

Os textos deste livro abordam problemas africanos à luz das disciplinas de Sociologia, Política, Economia, História e Linguística, com aportes de Antropologia, Geografia e Comunicação. Procuramos assim incrementar e disseminar conhecimentos do continente em si, mas também, com seus exemplos, situações e experiências, fortalecer essas

disciplinas. A África não é apenas a longínqua origem da Humanidade; ela é hoje teatro de grandes operações econômicas, políticas, culturais e militares, portadoras de futuro.

Os autores foram convidados por mim, como organizador, seguindo o critério de que os textos de língua portuguesa tinham de ser absolutamente originais, enquanto não foi exigido este requisito aos de outras línguas, desde que nunca tivessem sido traduzidos ao português.

Informados sobre os objetivos do livro, os autores de língua portuguesa escolheram os trabalhos que enviariam, assim como sucedeu com Samir Amin e Bernard Founou-Tchiunga. Os demais artigos foram selecionados pela sua qualidade e representatividade nas linhas de pesquisa da África atual. Autores como Samir Amin e Tal Tamari atualizaram ou introduziram algumas modificações nos textos originais, embora no artigo de Samir Amin a atualização não tenha ido além dos dias prévios à derrubada do poder da Irmandade Muçulmana, devido aos prazos editoriais.

O organizador não exerceu qualquer censura ou pressão sobre os autores relativamente aos conteúdos, nem com relação aos estilos, nem da inserção ou não de opções políticas. Ficou a critério de cada um, até porque o debate e a adequação metodológica requerem uma atitude de abertura a diversos métodos de trabalho. Na mesma ordem de ideias, os textos mantêm diversidade de linguagem, porque não existe uma “linguagem acadêmica” como pretende o mandarinato, sempre apto a impor monolitismos e a arrogar-se o direito de exercer uma autoridade narcisista. As linguagens da docência e da pesquisa são várias, com direito a igual respeito e proteção contra exclusões.

O critério central é o valor das pesquisas e sua originalidade nas contribuições. Ou seja, procurou-se evitar textos que não passam de coletâneas de outros textos anteriores ou artigos com excesso de citações, forma de esconder a ausência de opiniões, de avaliações ou de traçado de perspectivas.

Nestes pontos situamo-nos nas discussões mundiais sobre metodologia, interessadas em que as Ciências Sociais não sejam mero disfarce para relatórios ideológicos ou discursos repetitivos de velha

e conservadora academia. Preocupação também presente nos debates africanos em geral, a ponto de uma das mais conhecidas instituições – o Council for the Development of the Research in Social Science in África (Codesria) – ter lançado em 2011 uma revista inteiramente dedicada à metodologia, disciplina a ganhar relevo nos principais programas universitários.

Este é, aliás, um dos grandes temas dos debates africanos e um dos que mais aparece ligado aos debates científicos mundiais, nos quais se constata “a queda na importância atribuída até aqui às tensões entre escolas de pensamento, agora criticadas como repetitivas e de uma irreduzibilidade relacionada com choques intelectuais de indivíduos, interesses e ideologias, que se procuram desqualificar mutuamente (Graxie: 2000).

A este nível de formulação, Jon Elster (2010) critica o que classifica de obscurantismo nas Ciências Humanas, causador de visão da História como compreendendo “fases desejáveis, inevitáveis e previsíveis”, vagas de citações para garantir “sobrevivência e financiamento”, “autismo dos pesquisadores e autossatisfação”, com o risco de um dia a “hipótese de trabalho de toda uma vida (ser) claramente desmentida causando depressão ou agressividade na defesa da falsa hipótese”.

Por sua vez, o Codesria procura evitar que as Ciências Sociais se transformem num conjunto “de discursos puramente literários e sem fundamento empírico, ou, ainda, em simples narrativas mascaradas sob a capa de discurso ‘sábio’”. (Codesria: 2004). Elster (*op. cit.*) vai no mesmo sentido do Codesria ao denunciar “afirmações sem demonstração empírica” acrescentando que elas são irrelevantes cientificamente mas têm impactos sociais.

Um grande número de trabalhos em Ciências Sociais sobre a África é fortemente afetado por posturas apontadas nas citações anteriores, contribuindo para criar em torno do continente um conjunto de estereótipos e reducionismos, quando não vagas exposições partidárias pretendentes a estatuto científico.

Outro aspecto presente nos debates africanos é o constante recurso à tradição, quando se quer paralisar alguma inovação ou legitimar comportamentos conservadores, sejam de poder político sejam de

interesses privados (incluindo intelectuais). Nos casos de colocação da dicotomia tradição-modernidade, são constantes fortes pressões conservadoras em favor da preservação da primeira.

Nos círculos intelectuais com melhor percepção tática, tal dicotomia é quase sempre recusada, considerando como natural e inevitável uma continuidade entre ambas. Ao mesmo tempo, os mesmos círculos – como ocorre em outros continentes – assinalam o conteúdo apresentado de várias tradições como socialmente ou politicamente construídos, ao serviço de projetos voltados para algum patamar de poder. Ainda assim, em todos os grandes temas há sempre a interrogação sobre compatibilidades de qualquer proposta com as tradições.

A respeito do desenvolvimento e absorção tecnológica, democracia, conflitos, ou sobre a própria história continental, a referência à tradição é uma constante, na maior parte dos casos, como disfarce para o conservadorismo. Há também algumas situações em que reformistas ou defensores de rupturas radicais as apresentem em conformidade com as linhas tradicionais.

Com uma forte conexão com outras áreas de debate no hemisfério sul está naturalmente o tema “desenvolvimento” e, como na América Latina, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) também tem uma trajetória importante. Seus relatórios anuais constituem as visões mais completas da conjuntura continental, e diversos seminários, encontros, conferências que organiza fizeram passar pela UNECA a maior parte dos economistas africanos mais produtivos.

A influência dos governos exerce pressões sobre a nomeação dos quadros superiores, seja para evitar figuras muito críticas, seja para colocar periodicamente seus próprios técnicos na entidade. Apesar disso, membros do *staff* técnico e pesquisadores convidados apresentam nos encontros, com alguma frequência, trabalhos interessantes, valendo citar os “*occasional papers*” do Development Policy and Management Forum (DPMF) pelo espírito crítico revelado em alguns deles.

Os relatórios anuais permanecem cautelosos para evitar choques diplomáticos com governos responsáveis pelo agravamento dos baixos índices de crescimento, mas desde finais da década de 1970 emitem

avaliações com certo grau de independência. Aquela data corresponde ao ponto em que algumas crises de fome subiram a extremos de catástrofe, cujas causas eram impossíveis de ignorar. Sobre as mais intensas dessas crises, Amartya Sen, posteriormente Prêmio Nobel, construiu seus primeiros trabalhos de grande impacto mundial.

Outro elemento de influência na UNECA, nessa fase, foi a adaptação à África da Teoria da Dependência. Um encontro entre cientistas sociais africanos e latino-americanos teve lugar no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Planificação (IDEP), então dirigido por Samir Amin e cujo *staff* incluía, entre outros, Bernard Founou (os dois são autores de artigos neste livro) (Gonçalves: 2010).

Um dos secretários executivos da UNECA que ganhou notoriedade continental foi o nigeriano Adebayo Adedeji, que preparou a pesquisa, documentação e propostas de dois planos de crescimento à escala do continente. Os períodos preparatórios deram lugar a discussões com contribuições interessantes, apesar de raramente terem sido levadas em conta pelos centros de decisão política.

Em 1978, Adedeji lançou um aviso às lideranças africanas:

A África, mais que qualquer outra região do terceiro mundo, está perante uma crise de desenvolvimento de potente dimensão (...). Se os comportamentos do passado persistem, (...) a região africana na sua globalidade estará pior do que o resto do mundo no final do século do que estava em 1960 (*apud* Bujra: 2005).

O aviso de Adebayo Adedeji confirmou-se para a maioria das economias africanas, apesar da aprovação, em 1980, do Plano de Ação de Lagos (então capital da Nigéria), assente em dados de bastante precisão, tanto na estatística dos desempenhos como no cálculo aproximado de meios de investimento. Fortemente influenciado pelo “dependentismo”, o Plano de Lagos (PAL) assumiu um caráter vincadamente nacionalista no sentido amplo, ou seja, voltado para a criação de um grande mercado pan-africano, e atribuía ao Estado o papel de agente central no desenvolvimento.

A crise, já então patente na maioria dos Estados africanos, obstou à aplicação do plano. Cinco anos depois, novo plano foi proposto, orientado para articulação entre Estado e mercado, e fazendo muito mais apelo ao investimento direto estrangeiro que o PAL. Foi o chamado Programa Prioritário para Recuperação Econômica de África (PPREA), adotado em Adis Abeba, sede da UNECA e da OUA (mais recentemente substituída pela União Africana). Com montantes também bem quantificados e objetivos semelhantes ao do PAL, este programa esbarrou no mesmo obstáculo do anterior.

Essa persistente falha do Estado africano chama atenção para a sua natureza, e este livro transcreve uma das discussões ocorridas já nos anos 1990. Raros Estados africanos tinham perfis de estímulo ao desenvolvimento, quase todos permitiam regimes produtivos próximos da monoprodução, característica do pacto colonial. As relações de cooperação com o Norte também não proporcionavam ajuda canalizada para os setores produtivos, revertendo afinal para a manutenção dos próprios aparelhos de Estado, para evitar o colapso total dos serviços básicos e, voluntária ou involuntariamente, contribuíram para o fortalecimento das classes dirigentes.

Finalmente, para dificultar ainda mais as perspectivas de recuperação, os programas de ajuste estrutural do FMI foram impostos com todas as suas condicionalidades nas décadas de 1980/90, criando um clima semelhante – e muito anterior – à austeridade defendida pela direita europeia face à crise na Europa no começo da década de 2010.

Então, com diversos artigos de autores africanos e um documento oficial da OUA e UNECA sobre alternativa africana aos mencionados programas, a África se antecipou ao debate que seria iniciado em 2011, na Europa e Estados Unidos, sobre os efeitos das políticas de austeridade concebidas e aplicadas indiscriminadamente.

Uma grande mudança nas margens de liberdade do debate econômico produziu-se com a vaga de democratização do começo dos anos 1990, com extensão muito para além da UNECA. Algumas universidades assumiram este papel, mas foi a proliferação de ONGs locais que forneceu uma soma de pequenas e localizadas abordagens empíricas,

úteis para estudos mais aprofundados. Os institutos nacionais de estatística foram também beneficiados pela liberalização política, sendo o I.N.E. angolano um excelente exemplo, não só pelo acompanhamento dos Índices de Preços ao Consumidor mas também pela inserção da problemática do mercado informal e/ou paralelo, aspecto capital em todas as economias africanas, inclusive com longo passado histórico, como demonstra o trabalho de Selma Pantoja neste livro.

No final do século passado, com a perspectiva de convocação da conferência sobre as perspectivas do milênio e a presença da África do Sul na vida continental após a derrubada do *apartheid*, assistimos à nova movimentação de propostas econômicas pan-africanas, inicialmente designadas como Renascimento Africano e, posteriormente, Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). O método foi o mesmo dos anteriores, o objetivo fixou em 7% os mínimos de crescimento anual do PIB e os meios exigidos eram muito superiores ao PAL e ao PPREA: mais de 60 bilhões de dólares anuais durante bastante tempo, esperando-se um forte apoio do capital externo e um perfil muito mais voltado para o setor privado.

A NEPAD continua ativa em 2014 – com publicação regular de dados ou conclusões de eventos – mas sem grande influência na conjuntura, que permanece marcada por taxas de crescimento médio inferiores aos 7% (salvo um ou outro ano) apesar da forte contribuição do bloco petrolífero. No caso de Angola, antes da crise do *subprime* nos Estados Unidos a taxa de crescimento era regularmente de dois dígitos.

O “*occasional paper*” de Abdala Bujra é não só crítico mas também bastante cético quanto à NEPAD e, mesmo discordando de várias de suas colocações, este texto sintetiza o debate em torno dos planos continentais e seu relacionamento com a OUA, primeiro, e a UA depois. Ainda sobre a NEPAD, merece leitura o texto do sul-africano Peter Vale (*In* Gonçalves: 2010).

A criação da União Africana, em 1999, deu lugar a novas propostas de mercado comum africano, politicamente aprovadas, mas na prática as atenções integracionistas voltam-se mais para as “comunidades de desenvolvimento” que atuam nas quatro macrorregiões sub-saharianas.

As mais ativas são a Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Os problemas ligados a conflitos obrigam todas elas a dedicar largo tempo a operações de caráter político-institucional e mesmo à defesa de regras básicas de governação. Exemplos com datas próximas à edição deste livro são o Mali, o Zimbabwe e a República Centro-africana.

Sobre a história, um primeiro aspecto chama a atenção. Durante décadas, grande número de historiadores ocidentais negava qualquer valor à tradição oral como fonte histórica, apresentando África como continente sem História, até que “pela observação de formações políticas, às vezes de grande dimensão, funcionando sem escrita, as pesquisas históricas e antropológicas sobre as sociedades africanas foram pioneiras na exploração dos recursos da oralidade. Nos anos 1960, os trabalhos de Jan Vansina sobre os reinos da África Central constituíram contribuição maior à metodologia da história, propondo constituir a oralidade como documento no termo de processo crítico” (Fiquet; Mbodj-Pouye: 2009).

Mais recentemente, chegou a vez de historiadores africanos negarem o valor das fontes administrativas coloniais como credíveis no sentido da História africana. Entre essas fontes administrativas situam-se relatórios de polícia e exemplares da imprensa colonial.

A crítica africana procede, na medida em que tais fontes emanam de setores cujo papel era prolongar o sistema colonial, sendo elaboradas por funcionários coloniais, em maioria de fraco nível educacional e profissional. Com efeito, uma das características dos quadros coloniais era essa fraqueza, visto que as metrópoles guardavam para si os funcionários mais competentes. Os agentes dos serviços policiais tinham uma função prioritariamente repressiva e, além de se enganarem por ignorância em muitos casos, relatavam em função de seus próprios preconceitos e incompetências. Os jornalistas coloniais, quer dizer, metropolitanos – salvo uma ou outra exceção – atuavam na propagação do sistema em si, elogiando-o como civilizador e anulando as sociedades nativas, tanto

por ignorância quanto por omissão deliberada, tornando-as invisíveis ou tão visíveis quanto as palmeiras, imbondeiros ou animais da savana.

Nesta ordem de ideias, a periodização da História africana sofre distorções tremendas, e Catherine Coquery-Vidrovitch (2004) assinala com razão o absurdo de considerar tudo o que existia e ocorreu no continente antes da chegada dos europeus como “pré-colonial”. Ela se interroga se, por exemplo, toda a História francesa antes de 1789 deve ser classificada de “pré-revolucionária”.

Segundo esse aspecto, podemos acrescentar a tendência sobre os atuais PALOP de impor datas portuguesas e brasileiras como marcos da história desses países. Isto vai ao extremo de se criar para esses países um período que vai da independência do Brasil (1822) ao golpe de estado pré-salazarista de 1926. Na verdade, esses dois acontecimentos em nada alteraram as relações sociais, econômicas e políticas nas então colônias africanas de Portugal, nas quais todos os regimes que se sucederam em Lisboa apenas diferiam na determinação das vias de exercício do poder imperial.

A imposição de datas arbitrárias não significa nenhuma conspiração. Decorre apenas da ignorância da maioria dos historiadores responsáveis por tais periodizações, em relação a repercussões concretas e condições de vida dos territórios e dos momentos vividos.

Os assuntos do exterior que repercutiram com força determinante nessas ex-colônias lusas, nos dois séculos em questão, foram:

- no século XIX, a partilha internacional do continente, responsável pela extensão do sistema colonial até então confinado aos litorais e algumas adjacências. No caso angolano, o território colonial, antes da Conferência de Berlim, cobria cerca de 10% da superfície atual e era dos mais extensos.
- no século XX, o desenlace da Segunda Guerra Mundial, acelerador do renascimento nacionalista africano.

Ter uma visão deformada da periodização contribui para visões muito deformadas dos acontecimentos, funções e protagonismos – e até sobre momentos de grande visibilidade e sensibilidade, como foi a descolonização no antigo império português.

Assim, a dificuldade em se situar nos períodos oscilantes, característicos de guerras assimétricas movidas como forma de pressão adicional sem objetivar a vitória militar, levam à constatação de que a chegada ao poder de Marcelo Caetano em Lisboa, em substituição a Salazar, acontece estando a situação em Angola e Moçambique “relativamente estável (...), com as guerrilhas de independência isoladas e sem grandes perspectivas de vitória” (Martinho, *in* Silva: 2009). Na verdade, a característica principal desses países naquele momento era a alta instabilidade política, e quem estava isolado era o dispositivo português, tanto nos apoios internos como externos. Mesmo nos seus períodos de refluxo, as guerrilhas e os grupos clandestinos pela independência de ambos os países contavam com largo apoio popular, como se reconhecia até nos serviços de inteligência militar portugueses. Os mapas de conjuntura elaborados por estes serviços eram de grande realismo.

Esta dificuldade gera outra inversão dos termos: “A Guiné foi, na verdade, o único Estado independente resultante de fato da luta anti-colonial dos povos de língua portuguesa. Todos os demais decorreram de resoluções diplomáticas posteriores à Revolução dos Cravos, bem como da política favorável à autodeterminação dos povos implementada pelos “capitães de Abril” (*ibidem*). De novo foi o contrário que se produziu: a passagem de corporativo a político no movimento do 25 de abril foi determinada pelas guerras africanas de independência e pela forte probabilidade de um novo surto de intensificação no curto prazo, em Angola e Moçambique.

Na guerra pela independência de Angola há dois períodos de alta intensidade: a sua eclosão na capital e no norte, em 1961, e a abertura e fase ofensiva da Frente Leste, entre 1967 e 1970, aproximadamente (que obrigou a deslocar para essa região a principal instância de comando operacional colonial, onde ficou até a assinatura do cessar-fogo em meados de 1974).

Em outro livro (Gonçalves: 2011) tratamos deste tema, lembrando aqui o contínuo aumento dos efetivos militares portugueses (de recrutamento metropolitano ou local, ambos obrigatórios) e o proporcional incremento nas despesas militares, mesmo no ano de 1974, indicadores

da força de pressão guerrilheira e da simpatia popular de que dispunha a guerrilha, mesmo nas fases de baixa intensidade operativa.

Nestes termos, a ação político-militar africana determinou o fim do último império colonial e contribuiu para a democratização em Portugal. O estudo do fim desse império entra agora no debate geral sobre impérios de modo geral.

O uso desta expressão – império – para designar fases históricas de diversas regiões africanas é questionado por alguns autores, e tal questionamento suscita discussões comparativas de relevo.

Numa conferência sobre História Social realizada na Austrália em julho de 2005, um painel dedicado à “História Africana em perspectiva comparativa: novas abordagens”, reuniu comunicações sobre o tema que chamaram a atenção e foram reproduzidas na revista de História – *Africa Zamani* – do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (Codesria). Na respectiva apresentação, o professor nigeriano Anthony I. Asiwaju (*Zamani* n.º 11 e 12) chama atenção para a pertinência dos estudos comparativos com relação também à África e sublinha, na comunicação de Michael Tymowsky (*ibidem*), a crítica ao conceito de “império” aplicado a algumas “formações históricas estatais africanas” (expressão de Asiwaju). Tymowsky considera a Etiópia como relevando dessa designação; nos demais casos propõe em inglês “*early empires*”, traduzido para francês como “*pré-empires*”, que por extensão pode dar “pré-impérios” em português.

Segundo esse autor, a maioria das formações históricas africanas apresentadas como impérios carecem de vários atributos correspondentes.

Cabe aqui acrescentar que se a classificação do etnólogo francês Maurice Delafosse, em 1912 – frequentemente vista como precursora no tema – for validada, vários países africanos atuais seriam impérios. Por outro lado, olhando Angola, interrogamo-nos porque o Kongo é apresentado como “reino” e a Luanda como “império”.

O professor Asiwaju (*ibidem*), por seu lado, assinala que o uso na História Africana das expressões “reino” ou “feudalismo” faz-nos cair no âmbito conceitual eurocêntrico e que diversos historiadores,

sociólogos e antropólogos têm constatado a inadequação das referidas expressões. Por exemplo, a chefia do estado do Kongo não corresponde com rigor a definições de monarquia ou república.

Não é só a África que se tem deparado com este problema de definições: no referente a feudalismo, os debates sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina incluíram, nas décadas de 1950 a 1970, discussões sobre a existência de feudalismo neste continente, defendida também por autores de filiação a escolas ou ideologias de comando europeu.

O importante destes debates é que, através deles, vai-se construindo uma universalidade e padronização de conceitos, indispensáveis ao debate científico, superando tanto o pensamento imposto por centrais dominantes como, no caso africano, a criação de conceitos tão especiais que acabam por afastar os africanos da humanidade.

Assim, as discussões incidem na identificação atual dos esquemas de poder globalizado, ou seja, debate-se se existem impérios mesmo sem administração direta ou se o ponto mais alto de domínio mundial hoje existente seria mais bem caracterizado como hegemonia. É um debate em aberto, no qual grande número de autores usa indistintamente as duas palavras como sinônimos e só um número muito exíguo recorre a afirmações desclassificadoras vazias – no estilo mencionado por Jon Elster (2010) – contra quem tenha posição adversa.

A eclosão, em 2011, de revoltas populares nos países norte-africanos constitui outro elemento capital na construção do conhecimento africano. Primeiro, é necessário lembrar que África do Norte é África. Segundo, não são “primaveras”, são lutas de resultado incerto. Em terceiro lugar, motivos para aquelas revoltas também existem a sul do Sahara.

Entretanto, a noção de revolta nem sempre deve ser ligada à noção de violência. As revoltas não violentas são muito mais frequentes na África atual, constituindo protestos não só contra formas de poder, como contra a própria violência. Uma manifestação cada vez mais presente é a abstenção eleitoral, às vezes até a recusa de inscrição nos cadernos eleitorais, como é o caso do Burkina Faso em 2012. Muito

notada, comentada e objeto de surpresa geral foi a abstenção de 37,2% nas eleições angolanas de 31 de agosto de 2012, representando a segunda atitude eleitoral do país, próxima da votação obtida pelo partido governamental.

É uma evolução relevante, suscetível de alterar um contexto continental onde muitas vezes a luta social toma a forma de intermináveis guerras de regime. “De maneira mais cotidiana, no entanto, assistimos à proliferação de práticas de *racket*, de criminalidade e tumultos sangrentos sem futuro, ou mesmo motins e golpes de Estado interrompendo provisoriamente o curso das coisas. Temos assim direito a esta “democratização” da violência, à emergência do que devemos chamar de “lumpen-radicalismo”, quer dizer, a socialização de uma violência epilética sem projeto político alternativo nem emancipador” (Mbembe: 2011).

A citação tem óbvia importância em si, acrescida pela ligação de seu autor às formulações de “afro-cosmopolitismo”, posicionadas nos antípodas de afirmações identitárias racificadas e, na verdade, situadas no mesmo campo das definições de cosmopolitismo de Kwame Anthony Appiah ou do pós-racial, muito popularizado na sequência da primeira eleição de Barak Obama. A rápida evolução de funções dirigentes ou de dados macroeconômicos incidiu em alguns textos deste livro (casos dos artigos de Samir Amin, José Cerqueira e do debate sobre os avatares do Estado). Com a concordância dos autores, mantivemos as versões iniciais para evitar sucessivas correções e porque as formulações iniciais, com as correções possíveis em função dos imperativos de edição, permanecem válidas.

Referências bibliográficas

- AMIN, Samir. *Le développement du capitalisme en Côte d'Ivoire*. Les Editions de Minuit. Paris. 1967.
- AFRIKA ZAMANI. nrs. 11/12. *Codesria*. Dakar. 2006.
- BATHILY, Abdulaye. *Aux portes de l'or*. Harmattan. Paris. 1987.
- BUJRA, A. “Pan African Political and Economic Vision - From the OAU to AU: From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New partnership for

- Africa Development (NEPAD)". In: *DPMF occasional paper nr. 13*. UNECA. Addis Abeba. 2004.
- ELLSTER, J. "L'obscurantisme dans les sciences sociales", in: *Diogène* 229/230. Paris. 2010.
- FICQUET, Eloi e MBODJ-POUYE, Aissatou. "Cultures de l'écrit en Afrique. Ancien débats, nouveaux objets", in: *Annales* (64 e. année) N° 4, julho-agosto 2009.
- GONÇALVES, Jonuel. *A economia ao longo da História de Angola*. Ed. Mayamba. Luanda. 2011.
- GONÇALVES, Jonuel (org). *Atlântico sul XXI*. Ediunesp. São Paulo. 2010.
- MBEMBE, Achille. "Le temps de l'Afrique viendra", in: *Debat*, n° 163. Paris. janeiro/fevereiro 2011.
- VIDROVITCH, Catherine. "De la periodisation em Histoire Africaine, Peut-on envisager à quoi sert-elle?". In: *Afrique et Histoire*, vol 2. Paris. 2004.